



## **A LUTA DOCENTE NO INTERIOR DO ESTADO: memórias em disputa**

ROSÂNGELA ASSUNÇÃO\*

Neste artigo, analisamos a concepção de estado e de sociedade civil no discurso de líderes sindicais da Associação dos Docentes da UESPI/ADCESP e de reitores da Universidade Estadual do Piauí-UESPI a partir dos discursos construídos pelos mesmos a respeito das greves dos docentes da UESPI e da relação entre sindicato e Estado em períodos de greve. O objetivo da análise é compreender qual visão de Estado norteia a luta dos sindicalistas e a gestão dos reitores em momentos de conflitos com o sindicato dos docentes. Para construirmos o texto, utilizamos oito entrevistas, (sendo quatro reitores e quatro sindicalistas) colhidas por nós durante o ano de 2016, abordando as greves docentes e a relação como o estado durante os conflitos. Os aportes teóricos que nortearam nossa análise foram os construídos por Antonio Gramsci: Estado Ampliado e Sociedade Civil. As greves dos docentes da UESPI aconteceram, principalmente, durante as administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), pois o governador Wellington Dias exerceu dois mandatos consecutivos, 2002-2006 e 2007-2010 e enfrentou três greves docentes na UESPI (2003, 2004, 2008). No segundo mandato, deixou o governo para assumir o cargo de Senador da República. Dos reitores da UESPI, no período em estudo, dois são do PT, Oneide Rocha e Carlos Alberto Silva. Durante a administração petista, foram feitos três concursos para professor efetivo da UESPI (2003, 2005, 2008) e duas eleições para reitor (2005, 2009). Foi durante esse período que começou o processo de regularização da universidade com a aprovação de Leis e Regimentos, estatutos, Planos de Cargos, Carreira e Salário dos docentes. Consideramos como um período de organização regimental e legalização da instituição. Das greves decretadas, em todas o governador pediu a ilegalidade e houve corte de salários em 2003 e 2011. Cabe ressaltar que em 2011 o governador era Wilson Martins, do Partido Socialista Brasileiro-PSB. Apresentamos todos esses dados para situar o contexto do conflito entre os sujeitos.

---

\* Professora do Curso de História da UESPI- Campus Clóvis Moura, Doutora no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense-UFF/RJ, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí-FAPEPI.

As questões que nortearam a entrevista trataram basicamente da relação entre sindicato docente e Estado, Adcesp e reitoria durante o período de greves. Como o PT foi o partido que assumiu o governo em 2003, momento que recortamos como início da pesquisa, centralizamos nossa análise em uma única questão. Perguntamos aos entrevistados como eles avaliavam a chegada do PT ao governo estadual e como isso repercutiu junto ao movimento docente na UESPI. A visão de cada um sobre essa questão específica ajudou a compreender o posicionamento do sujeito em relação às outras questões abordadas e ao movimento de forma geral.

Sobre a chegada do PT ao governo do estado e as implicações dessa administração para a UESPI, a professora indicada pelo governador para a reitoria da UESPI em 2003 enfatiza:

*Eu acho que deu uma guinada na UESPI. Primeiro, porque começou realmente a reestruturação da UESPI, tanto na questão técnica, na questão administrativa como educacional. Foram feitos concursos, professores foram efetivados, professores foram qualificados, alunos tiveram oportunidade de fazer um curso com mais qualidade. Inclusive, tinha toda uma preocupação em equipar os campi com bibliotecas, com laboratórios [...] (ROCHA, 2016: 15-16).*

A reitora refere-se ao processo de organização da UESPI, implantado em sua gestão. Fato confirmado nos relatórios de gestão nos quais são abordadas as ações da administração durante o ano de 2003. Pelo relatório, a equipe que o elaborou fez um estudo de toda a situação administrativa da instituição, mostrando a total desordem na qual se encontrava a UESPI. No relatório, foram apontados alguns problemas. O primeiro se refere à questão normativa, como o fato de a instituição ter um plano de carreira de 1992, de o estatuto em vigor ser de 2000, além de faltar-lhe regimento interno. Segundo esse relatório, durante os anos de 1995 a 2001, foram elaborados três estatutos sem a participação da comunidade universitária e o regimento interno que foi elaborado em 2001 foi cassado por irregularidades. Criticam ainda a expansão desordenada da instituição, sendo implantada inclusive nos Estados da Bahia e Maranhão, além do funcionamento precário voltado só para o ensino sem ter condições físicas e pessoal qualificado para cumprir o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A universidade, ao priorizar quantidade, perdeu em qualidade:

*[...]. Sempre com o intuito de mais e mais quantidade, a UESPI passou a oferecer além dos turnos matutinos (de 8h às 12h), vespertino (de 14h às 18h), e noturno (de 18 às 22h), os turnos pré-matutino (de 5h às 8h) e pós-noturno (o “noturnão”, de*

*21h a 0h). Passou a funcionar de segunda a sábado, com cursos de graduação e sequencial e, sábado e domingo, com cursos de Pós-Graduação- Especializações [...] (UNIVERSIDADE, relatório gestão, 2003: 21).*

O relatório segue apontando os vários problemas pelos quais a instituição passava, mostrando os desafios que se tinham pela frente na administração superior. Pelo exposto é possível avaliar as dificuldades para um funcionamento com qualidade. Ainda sobre a administração petista com implicações na UESPI, vejamos a opinião da professora Valéria Ribeiro, vice-reitora em 2003 e que assumiu a reitoria em 2004:

*Eu sentia que tinha uma abertura. Nós fizemos todo um levantamento, inclusive encontros regionais para levantar dados, discutir com o coletivo da sociedade, dos núcleos dos campi da UESPI. Mas, com o tempo, eu fui percebendo que o PT estava se transformando em uma máquina eleitoral, fazendo grandes blocos e não conseguia dar conta da política e de implantar ou pensar numa universidade realmente dentro dos princípios nos quais ele acreditava. Se você for observar nos estatutos do PT, está lá a ideia de transformações sociais em todos os campos e eu pensei que a gente viveria uma transformação grande. Mas a gente parou na discussão e o próprio PT parou. “Não, vamos só dar autonomia de eleições”. Mas travou, não se foi adiante na autonomia financeira [...] (RIBEIRO, 2016: 08).*

Aqui nós temos um depoimento de uma administradora que não era petista. Como a maioria do povo brasileiro, ela também disse que acreditou na mudança, mas, como a autonomia financeira não foi concedida, logo percebeu que os avanços seriam limitados e controlados. Percebemos que a memória construída pela entrevistada está marcada pelas análises posteriores sobre no que o PT se transformou: “máquina eleitoral”, pois passou a priorizar acordos com a velha elite política piauiense com vistas ao fortalecimento eleitoral. Pelo depoimento, também entendemos que o partido não tinha compromissos fortes com a universidade. Ela critica a gestão petista e afirma que rompeu com o governo. Rompimento questionável, pois sem autonomia financeira não dava para seguir na oposição. Entretanto, ela relata que tinha um bom diálogo com a secretária de Administração Regina Sousa, o que facilitava as negociações com o governo, quando se faziam necessárias.

O professor Carlos Alberto Silva considera-se petista “desde que se conhece por gente”. Ele participou da gestão de 2003 (como pró-reitor de pesquisa e pós-graduação) e entende como positiva a chegada do PT ao governo e as implicações para a UESPI. Assim como a professora Oneide Rocha, ele destaca a implantação do processo democrático na instituição e a regularização da universidade através da criação e aprovação das leis de funcionamento. É preciso esforço no sentido de regularização e reconhecimento dos cursos

oferecidos pela instituição, oferecimento de concursos para professor efetivo e técnicos administrativos. Nougá Batista, atual reitor, também comunga da mesma visão.

Importante ressaltar o lugar social dos sujeitos no momento da construção de suas memórias para podermos entender o processo de análise do depoimento oral. A posição que se ocupa na sociedade tem interferência direta sobre o que se quer propagar e deixar para a História. Professor Carlos Alberto Silva, no momento da entrevista, era Superintendente da Educação do Estado do Piauí, trabalhando diretamente com a secretária de educação Rejane Dias, esposa do atual governador Wellington Dias, do PT. Considerando a definição de Gramsci, podemos caracterizar o professor Carlos Alberto como um intelectual orgânico do PT. Nesse caso, jamais criticaria a gestão passada, muito menos a atual da qual ele faz parte. Nougá Batista, reitor não petista, entretanto, sabe que precisa ser político e estratégico sobre a memória em construção. Ele depende do partido para que possa conquistar o de que sua gestão precisa para ser bem avaliada. Assim, uma crítica ao partido poderia não soar bem para sua gestão. O certo é que os entrevistados são muito cautelosos ao relatarem suas memórias.

As lideranças sindicais da ADCESP destacam nas suas entrevistas as expectativas que o governo do PT gerou a princípio. Logo no início da gestão, vieram as decepções de um governo agindo de acordo com o projeto neoliberal e sem compromissos com a educação. Apresentamos o depoimento de Solon, por representar bem o que os outros disseram:

*Parte dos que participavam do movimento docente de mobilização, antes do governo Wellington Dias, parte desses ativistas eram militantes do PT dentro da universidade. E sofriam várias perseguições das gestões das reitorias do PFL, do PMDB. Então, como militantes do PT, parte deles teve uma grande expectativa de que na hora que chegasse Wellington Dias ao poder as coisas mudassem radicalmente no trato no que diz respeito aos serviços públicos, aos movimentos sociais, à melhoria da universidade. Então, havia uma grande expectativa do conjunto da militância dos ativistas, inclusive dos que não eram petistas, de que o governo do PT pudesse trazer de fato melhorias para a universidade, para a educação como um todo. E uma parte desses ativistas, depois do processo eleitoral do Wellington Dias e durante a campanha, já iam se credenciando como pretensos gestores dentro da própria universidade. Então, isso gerou de imediato uma situação diferenciada, quem fazia a luta antes do governo do PT uma parte dela já estava querendo ser gestão, ser da administração superior. Então, como o governo do Estado não dava muita atenção para a universidade, na verdade continuou com a mesma política dos governos anteriores, já houve ali naquele momento uma situação de desgaste. Porque a reitoria também já passava a defender não os interesses dos professores, mas a própria forma de gestão do Estado feita pelo PT [...] (SOLON, 2016: 11).*

Trata-se do discurso de um militante sindical e ligado ao PSTU, portanto, é possível compreender bem como ocorre a luta entre os sujeitos políticos. Pode, inclusive, ser um discurso construído ao longo do tempo das análises que se fazem da administração petista. Mas, pelos depoimentos, constatamos que as desavenças políticas no interior da universidade, retratadas em disputas por cargos, ocorriam muito com a intervenção de políticos. Nos relatórios de gestão de 2003, existem denúncias sobre a prática de interferência de políticos na gestão da universidade. Solon afirma que tiveram que lutar muito para conquistarem o que o PT havia prometido para a universidade como a democracia interna na escolha de seus representantes. Constatamos a referida pauta na greve de 2003: exigência de eleições diretas para reitor, diretor e coordenador de cursos. Outro ponto discutido é a autonomia financeira que não foi conquistada nem mesmo na luta já que o governo petista não abriu canal de negociação nessa pauta específica. Inclusive nenhum governo, pois a pauta sempre aparece nas bandeiras de greve, sem nenhum avanço.

Gramsci compreende o Estado como formado pela sociedade política e sociedade civil em uma relação social. Portanto, essa relação é marcada por embates de projetos sociais e de classe. Os representantes sindicais tinham clareza de que o governo do PT não defendia os projetos de autonomia financeira da universidade, nem de democracia interna como propagaram os ex-reitores, necessitando nesse caso de luta pelas conquistas de direitos. No entanto, não se pode negar que ocorreram avanços na universidade.

Na visão dos ex-reitores, prevaleceu a concepção do “Estado Sujeito”, emergindo das suas interpretações a visão de que, com o governo do PT, a UESPI teria passado por grandes transformações, como se do estado as transformações emergissem na UESPI sem destacar o processo de luta dos docentes para a implantação de reformas estruturais.

Outro ponto destacado na entrevista foi sobre a relação do estado com a ADCESP no período de greves. Vejamos a avaliação dos gestores (reitores):

*Poucas foram as vezes que não teve conflito. Exatamente você desemboca naquela questão política. O governo é de um partido, o sindicato é de outro; há o conflito. Tanto é que no processo de construção tem aquela questão sempre que a pauta é acrescida à pauta dos movimentos sociais e assim sucessivamente [...] (SILVA, 2016: 37).*

E continua destacando que a luta é entre partidos políticos ideologicamente diferentes, nem sempre é pensando na melhoria da universidade:

*[...]. Hoje não existe um meio termo pelo fato de haver interesses escusos ao desenvolvimento da universidade, especificamente, falando dela. Eu vejo com muita preocupação. Hoje, há sempre um grupinho que comanda a ADCESP. Tanto é que, se a gente olhar a construção do sindicato da Universidade Estadual do Piauí, foi feita uma luta, logo depois disso, para mudar de Central Única dos Trabalhadores para CONLUTAS. Exatamente porque havia um interesse estritamente partidário que estava lá, porque a CONLUTAS e a CUT fazem parte de campos diferentes. Então, ali a gente já começa a observar os interesses específicos de cada um que compõe o movimento, mas o Partido dos Trabalhadores tem dialogado. Sempre foi aberto ao diálogo, nunca fugiu de lutas não (SILVA, 2016: 39).*

Pela entrevista de Carlos Alberto Silva, verificamos que ele não nega a luta de classes na relação entre os sujeitos, entretanto, procura apresentar o estado como universal, nesse caso, aberto ao diálogo, o que não é confirmado com o desenrolar das greves, pois todas foram decretadas ilegais. O acirramento se ampliou pela dificuldade de negociação por parte do Estado. Mas os ex-reitores de filiação petista sempre reforçam que havia diálogo: “Eu quero dizer que durante aconteceram os conflitos dos quais eu lhe falei, mas sempre teve diálogo. O governador sempre recebia. Regina Sousa, a secretária de administração, sempre vinha aqui na UESPI. Ela se dispôs, ela veio, conversou [...]” (ROCHA, 2016: 22).

Gramsci (2012) assevera que a classe dominante, ao apresentar o Estado como universal, responsável pelo bem da coletividade, pretende é assegurar o poder, mantendo o consenso e a legitimidade de quem está à frente do poder estatal. Silva (2016), ao destacar interesses escusos aos da universidade e sindicato dominado por um grupinho político, quer apresentar um discurso que descaracteriza a luta dos docentes, pois, segundo ele, não estavam preocupados com a universidade e sim com lutas políticas partidárias. Entretanto, os dois entrevistados destacaram que o estado está aberto ao diálogo, apresentando assim um estado preocupado com todos, sem distinção partidária.

Importante analisar a visão do atual reitor que também destaca a filiação partidária de alguns membros da Adcesp como um dado a ser observado. Porém, para ele, essa filiação não foi empecilho na hora da negociação porque essa ideologia partidária não era consenso na Associação. “Ainda não presenciei nenhuma situação em que a Adcesp se colocasse de forma diametralmente oposta ao governo do estado. Varia um pouco de gestão para gestão [...]” (BATISTA, 2016: 14). A entrevista do Nougá Batista foi cedida no momento da greve docente de 2016 quando o governador ainda não tinha sentado com os representantes do sindicato. A negociação direta era feita com o reitor através do secretário de administração e

previdência do estado, Francisco José Alves da Silva (Franzé). Este último fazia o papel de mediador da negociação, talvez com isso estivesse se referindo ao momento atual em que o reitor tentava fazer a ponte entre sindicato e governo:

*[...]. Os embates eram colocados na mesa, então isso dificultava a relação entre a ADCESP e o governo do estado. Mas com muito equilíbrio, como esses pensamentos nem sempre foram majoritários dentro da direção do sindicato, sempre aparece alguém que retoma, com habilidade conciliatória, a volta das discussões ao eixo principal que foi determinado pela comunidade acadêmica na hora da definição da greve (BATISTA, 2016: 14).*

Nos momentos de greve, o sindicato costuma tirar, em assembleias da categoria, uma comissão de negociação, e o Nougá já tinha participado de várias delas. Isso talvez tenha despertado na memória do depoente o período em que o conflito foi acirrado por causa das diferenças partidárias, mas que, provavelmente, foi contornado por outros membros sem filiação partidária. É o que depreendemos da finalização de seu depoimento. Parece que há uma preocupação do gestor em amenizar ou até em negar o conflito entre os sujeitos, mostrando-se como um legítimo representante do estado. Esta visão, porém, não é comungada por todos os que estiveram à frente da reitoria. Valéria Ribeiro, ao retratar essa relação, adverte:

*O Estado ora discute, ora se fecha. Observamos até medidas muito incoerentes relacionadas aos discursos dos partidos. Por exemplo, o PT surgiu dos movimentos sociais, mas tinha um discurso contraditório: “É, vamos terminar a greve, só vamos negociar se terminar a greve”. E, por exemplo, o governador não tinha o entendimento de que eu deveria participar das assembleias. Ele fechava até o diálogo com a administração na época dessas greves porque eu participava das assembleias. No entendimento dele, eu estava ajudando a construir o movimento já que eu sempre dizia para ele que eram justas as reivindicações (RIBEIRO, 2016: 11).*

Como já abordamos em outra parte do trabalho, geralmente, o grupo que perdia a reitoria passava a militar na Adcesp para fazer oposição à administração superior e ajudar na construção das greves docentes. A professora Valéria Ribeiro tinha um grupo forte que, após a derrota na eleição para a reitoria em 2009, veio ajudar na construção da greve de 2011. Entretanto, durante a greve de 2008, ela teve grande participação nas assembleias docentes durante o movimento de greve, esclarecendo questões, levantando propostas e debatendo com os professores. Isso é fato porque as atas das assembleias assim o comprovam. Também, devemos esclarecer que era uma participação questionada pelos docentes que diziam que nas assembleias ela tinha uma postura e quando se manifestava nos meios de comunicação,

tentava mascarar a realidade de precarização da universidade. Quando havia audiências na Assembleia Legislativa do Estado sobre a UESPI ou dava reportagem, a comunidade universitária, mobilizada pela Adcesp, também questionava sua fala, alegando que a mesma estava mascarando dados. Segundo a professora Valéria Ribeiro, a participação dela também era questionada pelo governador.

Verena Alberti (2004), ao falar sobre a construção da memória pelo entrevistado, adverte que as formas de concepção do passado são desencadeadoras de ação. No caso da entrevistada, sua interpretação do passado é sempre no sentido de destacar seu papel atuante no processo de negociação das pautas da greve em favor dos professores. Na mesma direção desfere duras críticas ao estado. Podemos interpretar como uma memória construída com o objetivo de desencadear uma ação justificadora da sua forma de agir.

No entanto, na greve de 2008, participou da mesa de negociação como reitora e concedeu entrevista ao Jornal *Diário do Povo* (ESTADO..., 2008: 04), afirmando que o estado não tinha condições de conceder o aumento salarial que os docentes solicitavam sem fazer reajuste no Plano de Cargos e Salários dos docentes, sob pena de inviabilizar a folha de pagamento dos funcionários da instituição, por conta da grande diferenciação salarial, que provocaria um impacto na folha de R\$ 1 milhão por mês.

As lideranças sindicais que viveram as dificuldades enfrentadas na construção e sustentação das várias greves de docentes na UESPI são categóricas em afirmar que o governo apresentou dificuldades na negociação, chegando muitas vezes a ser truculento. Segundo Lina Fernandes (2016: 05), atual presidente do sindicato: “Não sei se podemos chamar de relação. No máximo, é uma luta de braço muito difícil [...]”. Memória reforçada por Lucineide Medeiros que admite que o sindicato tem mantido uma postura de autonomia em relação ao estado, mas que, talvez por isso, o diálogo tenha se tornado mais difícil ao longo das negociações nas greves. Muitas vezes é preciso criar situações que forcem o diálogo:

*[...]. Eu penso que temos conseguido cultivar autonomia, mas não temos condição de diálogo e eu não atribuo isso a problemas nossos. Penso que tem a ver com o modo de produção de governo, com o modo de produção da relação com a sociedade dos governos em geral que não se permitem a críticas, não se permitem ao diálogo aberto em torno das reivindicações e termina que fica tudo muito comprometido (MEDEIROS, 2016: 8).*



Gramsci já alertava sobre as disputas de projetos no interior do Estado restrito, marcadas por difícil relação entre as classes antagonicas, principalmente quando se buscava alterar a estrutura do poder. Nesse caso, os docentes tinham consciência de que a relação tinha que ser construída com fatos políticos de pressão social. Foram muitas as estratégias utilizadas pelo sindicato para conseguir o diálogo, desde manifestações na rua e em frente ao Karnak (sede do governo), ocupação de reitoria, matérias de denúncias através de jornais, solicitação de apoio de órgãos da administração pública como Ministério Público e Assembleia Legislativa. Tudo era utilizado para se buscar essa audiência com o governador. Medeiros relatou ainda que o secretariado de governo até que conversa com os docentes em greve, mas sem poder de decisão, tendo sempre que recorrer ao governador do estado para forçar um acordo entre as partes em luta.

Mendonça (2013), discutindo sobre as particularidades da sociedade civil em Gramsci, alerta que a sociedade civil não é esse espaço de liberdade e de oposição ao Estado como propagada pela ideologia liberal. Ela é, na verdade, um espaço de luta de classes - intra e entre classes sociais. E partindo das organizações sociais das quais fazem parte propagam as vontades coletivas, buscando construir o consenso em torno de suas ideologias. Batista destaca em seu relato que sempre aparecia um grupo na comissão de negociação da Adcesp que, com habilidade conciliatória, conseguia dar prosseguimento ao diálogo com o estado restrito. Mostrando que entre a própria classe havia divergências, é ele também que apresenta uma boa visão do posicionamento do governador do estado em relação às greves dos docentes da UESPI:

*[...] Eu me lembro de que quando eu era da presidência da ADCESP, tendo que conduzir uma greve, houve um diálogo que tive com Wellington Dias e a comissão da (ADCESP), dentro do Karnak, em uma negociação em que o governo apresentou uma proposta depois de meses de greve. Eu disse para o governo que levaria aquela proposta para o Sindicato, mas que eu já tinha quase certeza de que não seria aceita [...]* (BATISTA, 2016: 07).

Reconhecendo aqui o momento de tensão entre Adcesp e governo do estado e a ameaça deste, relatou que o governador respondeu para ele da seguinte forma:

*Nouga, eu fui formado na greve, toda a minha iniciação política foi de greve e eu sempre tive, como grevista e como dirigente de um comando de greve, sempre tive claramente a hora em que a greve deveria iniciar, o auge dela e a hora que ela tinha que terminar. Eu quero dizer para vocês que a greve da UESPI da ADCESP,*

*já passou muito tempo do tempo de terminar. Então, é isso que eu quero que você diga lá para os professores”. E continuou: “Eu te digo isso porque, embora a Universidade seja um órgão importante do Estado, mas eu não governo o Estado só para a UESPI, só para os professores da UESPI, têm outras ações do governo que eu preciso fazer. Eu quero dizer para você que o estado do Piauí tem um Governo e o Estado não vai parar; nem o Estado e nem a UESPI. Então, se for preciso eu intervir mais fortemente para que a greve pare, ela vai parar [...] (BATISTA, 2016: 7-8).*

Nesse relato, há algumas questões interessantes para analisarmos. Primeiro, durante a gestão de Nougá Batista não ocorreu greve docente. Provavelmente, ele esteja se referindo a alguma greve da qual tenha participado na comissão de negociação, o que sugere uma referência à greve de 2008, quando ele era representante do Andes/SN. Foi uma das greves mais difíceis de negociar porque, para fechar o acordo, tinham que fazer alterações no Plano de Cargos Carreira e Salário dos docentes. É tanto, que o acordo foi feito e o PCCS foi alterado em Lei em 2009, como resultado do acordo de greve. Nougá Batista concedeu a entrevista durante a greve docente de 2016, quando ele teve alguns encontros com o governador para tratar da greve da UESPI. Possivelmente por este motivo, lembrou mais facilmente do ocorrido: pelo fato de estar fazendo a mediação entre sindicato e governo.

Outro ponto interessante a analisarmos é o posicionamento do governador Wellington Dias, que todas as vezes em que se referia às greves de docentes da UESPI através dos meios de comunicação, sempre colocava para a sociedade que governava para todos e não somente para a UESPI, e que tinha compromissos com a sociedade. Baseado nessas alegações, sempre pedia a ilegalidades das greves. Provavelmente, com o objetivo de colocar a sociedade contra os grevistas. Veja-se que ele afirma: “O estado não vai parar; nem ele, nem a UESPI”. Para iluminar essa posição do governador, as observações de Mendonça (2013) são muitas esclarecedoras:

*[...]. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um estado etéreo. Este vasto e complexo tecido se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim [...] (MENDONÇA, 2013: 19).*

A autora chama a atenção para analisarmos o Estado como uma relação social, onde os grupos em disputas de projetos sociais buscam exercer o convencimento de duas formas: ocupando as agências do Estado restrito onde constroem sua hegemonia, e através da sociedade política onde constroem o consenso e reforçam seus aparelhos privados de

hegemonia. Cabe ao pesquisador identificar quem são os sujeitos coletivos organizados, a que classe estão organicamente vinculados e o que estão disputando no interior do estado restrito.

Cleber de Deus (sd.), em artigo onde analisa a reeleição de Wellington Dias para o governo do Estado do Piauí em 2006, afirma que o mesmo manteve a velha classe política piauiense, optando por construir um governo de coalizão, quando se esperava o rompimento com esses grupos políticos tradicionais do estado. Segundo o autor, a derrota eleitoral desse grupo representada por: Mão Santa (PMDB), Hugo Napoleão (PFL) e Heráclito Fortes (PFL), não significou um desmonte dos esquemas políticos dominantes em âmbito estadual:

*O alinhamento do Partido dos Trabalhadores (PT) com setores da velha ordem política é mais uma variável explicativa para seu sucesso eleitoral. O arco de alianças foi bastante amplo: PSB/PTB/PC do B/PL. Uma ala significativa do PMDB deu apoio ao governo petista. Posteriormente à posse de Wellington Dias (PT), quadros históricos do PFL-Democratas, opositores ferrenhos do PT, ingressaram na equipe de governo (primeiro escalão). Para reacomodar todos os partidos das mais diversas nuances ideológicas foram criadas diversas secretarias e convocados sete (7) suplentes de deputado estadual (DEUS, sd. : 6).*

Pelas afirmações, podemos supor que grupo político o governador W. Dias representava e como tratava trabalhadores em greve. Seguiu o mesmo expediente de solicitar ilegalidade das greves e apresentou-se como governo de difícil negociação. É uma prova do quanto o pesquisador deve ficar alerta à conjuntura política para poder entender a movimentação dos sujeitos políticos nessa relação social entre sociedade civil e estado restrito. Os depoimentos apontam para uma relação conflitiva do sindicato com o estado restrito. Ao avaliar essa relação, a professora Graça Ciríaco pontuou da seguinte forma:

*Eu tenho duas, vou fazer essa avaliação de dois mil e um para cá. Uma dos governos do Wellington Dias, que é essa [...] que a gente está vendo aí, de não receber. Ele faz o seguinte: tenta descaracterizar o sindicato via reitoria, colocando a negociação do sindicato como se fosse com o reitor e não é a primeira vez que ele faz isso. Primeiro, se ele marca negociação, ele não cumpre[...]. Esse governo não cumpre acordo, mas ele é menos truculento do que o Wilson Martins. Este último, além de não fazer nada disso, era truculento e ainda contava com a ajuda do Carlos Alberto [...] (CIRÍACO, 2016: 15).*

Como já percebemos, a relação com o governo não era fácil, e com a reitoria da instituição, também representante do governo, será que era diferente? Embora os gestores insistam em afirmar que estavam sempre abertos ao diálogo, não é o que constatamos no decorrer da narrativa dos mesmos. A relação sempre foi marcada por embates, pois os campos

de atuação de cada um eram bem definidos, mesmo reitores e Adcesp se colocando como defensores dos interesses da universidade na hora da negociação, nem sempre essa defesa ficava bem aparente.

Para Solon (2016), a relação era pautada no modelo de sindicato que a Adcesp se tornou: combativo. A partir dessa visão, reconheciam a reitoria como representante do governo, portanto, era dela que se deviam cobrar as melhorias para a universidade, destacando a participação do representante da ADCESP nos Conselhos Superiores da Instituição. Era lá que ele agia provocando o debate e exigindo o compromisso do reitor com as melhorias institucionais da universidade:

*Essas gestões que eu participei e acompanhei como a da Graça, da Lina eram gestões combativas porque trazia dentro dessa proposta de sindicato, não um sindicato conciliador, mas um sindicato de combate, de apostar na mobilização, na pressão da categoria qualquer que fosse o reitor e qualquer que fosse o governo. [...]. Lina e Graça naquele momento ainda tinham uma relação próxima e política com o PSTU, inclusive orgânica, tinham uma visão de sindicato que o PSTU defende que é um sindicato de enfrentamento, da luta, da resistência, de não capitular os governos, de não aceitar cargos, enfim de independência frente ao governo e a gente encarava a reitoria como uma extensão do governo (SOLON, 2016: 19).*

Como podemos ver, a relação era marcada pelo modelo de sindicato adotado, seguindo a linha defendida por PSTU e CONLUTAS, associado por Galvão e Trópia (2014) como um sindicalismo radical, altamente militante e politizado. Essas autoras identificaram as concepções e posicionamentos da CONLUTAS com as do PSTU, tendo em vista que foi esse partido que participou ativamente de sua fundação e possui forte inserção dos seus delegados nos congressos da Central. Embora esse casamento entre o partido e a central nem sempre fosse bem visto pelos professores associados para Solon, era o diferencial que servia para pautar a luta, pois as lideranças não podiam perder de vista que reitoria é extensão do governo. Essa clareza foi definida por Santana (2016) como uma grande lucidez na hora de tratar com reitores e representantes do governo. Segundo ela, às vezes, antes mesmo de começar a negociação, a diretoria da ADCESP já sabia qual seria o resultado.

No relato de Solon, percebemos o cuidado ao caracterizar o sindicato como combativo a partir de sua gestão e nas gestões das professoras Lina Fernandes e Graça Ciríaco. Isso porque Nougá Batista, embora tivesse uma história de militância dentro da ADCESP e do ANDES/SN, aceitou fazer chapa para concorrer à reitoria da UESPI com o Professor Carlos

Alberto Silva. Na época da campanha, era vice-reitor, o que na visão de Solon, seria inaceitável. Também, ao fazer essa definição do sindicato, quer construir uma memória positiva da associação e de seus militantes: pessoas que não fogem da luta, nem se deixam corromper por cargos.

Para Bourdieu (2007) “a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático”, fazendo-se necessário compreender o sentido da trajetória social, ou seja, as posições sociais que esse sujeito ocupa no decorrer do tempo podem explicar suas tomadas de decisão, que nem sempre podem ser analisadas como de cooptação. O indivíduo pode, a partir de suas expectativas pessoais e profissionais, tomar sua decisão sobre qual o melhor caminho a seguir. Nougata Batista escolheu ser reitor, e Solon, permanecer sindicalista.

Outro ponto interessante na narrativa de Solon é o destaque ao PSTU como espaço de formação de militantes e de defesa de propostas de combate ao projeto neoliberal. Tal projeto tem causado problemas para as universidades públicas brasileiras, com seu modelo de produtivismo acadêmico, fazendo com que as universidades percam muito da qualidade, pois o tripé que mantém as universidades (ensino, pesquisa e extensão) fica prejudicado nesse modelo de gestão, motivo também de luta sindical.

Ainda sobre a relação do sindicato com a reitoria, Lucineide Medeiros reconhece como uma relação de muita crise, não só com a reitoria, mas com todo o corpo administrativo da instituição, provocado pela postura do sindicato de autonomia em relação à administração e ao governo e que, por ocasião dos cortes de salários dos docentes na administração do professor Carlos Alberto Silva, essa relação se intensificou aumentando a crise entre sindicato e reitoria:

*[...]. Isso traz uma implicação relacionada às dificuldades de relação nossa com o corpo geral da administração, inclusive o assessoramento técnico. São pessoas geralmente de baixos salários que têm que complementar a sua renda com gratificações e isso cria um processo de vinculação muito forte à reitoria. O certo é que eu diria que nossa relação não foi ruim e difícil apenas com as reitorias, mas também com o corpo técnico. Uma relação, às vezes, de desconfiança e outras de não potencializar nada que venha do sindicato [...] (MEDEIROS, 2016: 9).*

A relação conflitiva, de certa forma, prejudica o sindicato no momento de colher informações sobre a instituição para fundamentar as demandas docentes, pois não tem como argumentar com o estado sem informações atualizadas. Pela entrevista, supomos que os dados

só eram cedidos ao sindicato, se autorizados por reitoria. O certo é que nem sempre esses dados estão disponíveis para a comunidade universitária, pois pelo sítio da instituição não conseguimos ter acesso a relatórios que tratem, por exemplo, da situação financeira da instituição nem do quadro de docentes. Ao nosso ver, todos esses dados deveriam estar disponibilizados no sítio da instituição.

É uma questão notória a conflitividade marcada nas relações estabelecidas entre as lideranças sindicais docentes e administração pública (governo e reitoria), principalmente quando estes estavam comprometidos com a política governamental implantada no País, e o sindicato, crítico a essa política:

*Não consigo ver relação, ou melhor, a relação entre os governos e a reitoria com a ADCESP neste período crítico é a falta de relação. Todos sempre negligenciaram a UESPI, porque para estes governos, educação não é prioridade. Quanto à reitoria, é como já dito anteriormente, se comportam como burgueses, dificultam, emperram processos de negociação (FERNANDES, 2016: 7).*

O que constatamos a partir dos depoimentos é o conflito que marca a relação entre as partes em disputas no interior do estado, tanto sindicato como reitoria dependem de políticas do governo e, no geral, não estão em sintonia sobre as prioridades da UESPI. O sindicato reclama que a reitoria não sabe defender as melhorias de que a instituição precisa por ser submissa ao estado. Já a reitoria acusa o sindicato de ser partidário demais para conseguir pautar assuntos específicos para a instituição. O certo é que nessa queda de braço muito já foi conquistado. Porém, de 2011 para cá, a luta tem sido pautada na manutenção de direitos, pois os conquistados em outras lutas estão ameaçados por conta do acirramento da política neoliberal, que os governos petistas têm seguido e acirrado as péssimas condições de trabalhos tanto dos docentes e técnicos da UESPI, como do funcionalismo estadual como um todo.

Como Gramsci (2012) asseverou, os interesses dos dominantes prevalecem até certo ponto; esse seria o espaço para os subalternos buscarem inserir junto ao Estado restrito suas propostas de reforma, uma vez que a classe dominante, para se manter no poder, é obrigada a fazer concessões às classes dominadas. Nesse caso, só através da luta de classes, tendo em vista que a relação entre ambas não é nada pacífica, principalmente quando se quer alterar a estrutura do poder. Não podemos perder de vista que a sociedade civil tem seus espaços marcados por relações de força, mas também por espaços de negociação. Não significa dizer

que elas serão dadas de forma pacífica, pois essas relações se dão em uma sociedade bastante complexa, dominada pelas novas regras do capital que exigem reformulação das relações trabalhistas e da própria sociedade como um todo. Acreditamos que as lideranças sindicais da Adcesp compreenderam essa lição.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BATISTA, Nougá Cardoso. **Nougá Cardoso Batista**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.  
CIRÍACO, Maria das Graças Silva. **Maria das Graças Silva Ciríaco**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

DEUS, Cleber de. **A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neo-conservadorismo na política piauiense**. In: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/pi.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2016.

ESTADO alega não poder arcar com o reajuste dos professores, **Diário do Povo**, Teresina, 19 abr. 2008. p. 04.

FERNANDES, Lina Maria Santana. **Lina Maria Santana Fernandes**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Lucineide Barros Medeiros**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade Civil em Gramsci – venturas e Desventuras de um Conceito. IN: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de. (Orgs.) **Sociedade Civil**: Ensaios Históricos. Jundiaí, Paco Editorial: 2013, p.15-25.

RIBEIRO, Valéria Madeira Martins. **Valéria Madeira Martins Ribeiro**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

ROCHA, Maria Oneide Fialho. **ROCHA, Maria Oneide Fialho**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da. **Carlos Alberto Pereira da Silva**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **Daniel Vasconcelos Solon**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. **Relatório Gestão UESPI 2003**. Coordenadoria de Planejamento- CPLAN e Divisão de Planejamento e Estatística. Teresina: UESPI, dez. 2003.